

FEMINISMO COMUNITÁRIO em Iximulew-Guatemala

Escritos de
Lorena Cabnal



FEMINISMO COMUNITÁRIO em Iximulew-Guatemala

Escritos de Lorena Cabnal

- Abordagem à construção da proposta de pensamento epistêmico das mulheres indígenas feministas comunitárias de Abya Yala
- Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario de Iximulew Guatemala

Nota da edição

Após diversas tentativas de contato com a autora dos textos aqui publicados, Lorena Cabnal, através de e-mails e facebook, para saber se tudo bem traduzir e publicá-los, não obtive resposta em meses. Decidi publicar esse zine para que seu importante trabalho e de suas companheiras chegue em mais pessoas. Esse material não tem fins lucrativos, ele parte de um projeto de difusão independente anárquica, lésbica e contracolonial. O pequeno valor sugerido é apenas para cobrir custos de papel e impressão e dar continuidade ao projeto. Caso haja alguma questão em relação a essa publicação, da parte de Lorena ou de outras pessoas, podem me contatar pelo instagram: @anarkadistra ou pelo e-mail: backdistra@gmail.com

Abordagem à construção da proposta de pensamento epistêmico das mulheres indígenas feministas comunitárias de Abya Yala^{1 2 *}

Lorena Cabnal

Feminista comunitária, indígena maya-xinka, Guatemala

Amismaxaj (Associação de Mulheres Indígenas xinkas de Santa Maria Xalapán Jalapa)

Viver em um corpo e no espaço territorial comunitário, as opressões histórico-estruturais criadas pelos patriarcados sobre minha vida, assim como sobre a vida das mulheres no mundo, tem me levado a escrever e repensar a história e a cotidianidade em que vivo, sendo assim, compartilho a seguir alguns dos elementos do feminismo comunitário que, ainda em processo de construção epistêmica, vão sendo tecidos a partir desse território histórico; meu corpo e sua relação com a terra.

Como feminista comunitária quero contribuir com meus pensamentos aos caminhos de astúcia onde as mulheres estão contribuindo a partir de diferentes lugares. Eu o faço a partir dessa identidade étnica como mulher indígena, porque a partir desse lugar essencialista posso ser crítica com base no que conheço e vivo, mas também o faço a partir de minha identidade política como feminista

¹ Palavra no idioma do povo Kuna do Panamá que nomeia a territorialidade do continente Americano, que foi tomada pelos diferentes povos articulados no movimento de nacionalidades e povos indígenas, nas Cumbres Continentales.

² Publicado pela primeira vez em: *Feminista siempre. Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR-Las Segovias, 2010.

* "'Assim como o sangue que corre livre'. Quando tu estás lunando, estás sangrando, estás menstruando, não há fronteira no corpo e o sangue caminha livre. Dizia-me uma avó kuna, porque eu lhe pedi que me contasse algo mais sobre Abya Yala: 'quando vais visitar uma arvorezinha que está muito apagada, que não quer crescer, quando estás lunando, estás menstruada, pare perto de uma arvorezinha, abra as pernas e lave teu sangue. Teu sangue cairá na terra, a arvorezinha e suas raízes vão chupar teu sangue que lhe dará vida, e segue a vida. Assim é a Rede da Vida'. Esse é um princípio de reciprocidade na Rede da Vida. Então, Abya Yala é o sangue que corre livre.'" Revista Hawò - *Feminismo Comunitario de Iximulew-Guatemala: Diálogos com Lorena Cabnal*

<https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/71609/38172> [N.T.]

comunitária porque isso me possibilita não só ser crítica do essencialismo étnico que me atravessa, mas também me permite abordar a análise de minha realidade como mulher indígena com um enfoque antipatriarcal comunitário, que cada dia se tece com seus próprios conceitos e categorias e que nomeia com autoridade minhas opressões, mas também minhas rebeldias, minhas transgressões, minhas criações.

Me assumir enquanto feminista comunitária não foi nada fácil, não segue sendo fácil, tive muitas perdas e duelos na minha vida por escolher essa identidade política, no entanto, foi uma decisão tão emancipadora na minha vida, que me faz sentir com plena consciência a felicidade de dizer com liberdade esse pensamento e de recriá-lo na minha prática de vida cotidiana convivendo com outras práticas libertárias, meus caminhos.



Quero começar dizendo que para mim, o feminismo comunitário é uma recriação e criação de pensamento político ideológico feminista e cosmogônico, que surgiu para reinterpretar as realidades da vida histórica e cotidiana das mulheres indígenas, dentro do mundo indígena.

Essa proposta tem sido elaborada a partir do pensamento e do sentir de mulheres indígenas que se assumiram feministas comunitárias, neste caso as aymaras bolivianas da Comunidade Mujeres Creando e as mulheres xinkas integrantes da Associação de Mulheres Indígenas de Sta. Maria na montanha de Xalapán, Guatemala, para contribuir à pluralidade de feminismos construídos em diferentes partes do mundo, com a finalidade de ser parte do *continuum* de resistência, transgressão e epistemologia das mulheres em espaços e temporalidades, para a abolição do patriarcado originário ancestral e ocidental.

Partimos de nossas profundas reflexões e debates que no caso das aymaras levou 20 anos e dos 9 anos que levaram as mulheres xinkas, como um acumulado

político de 29 anos que nos permitiu transitar desde exigências pelo cumprimento dos direitos das mulheres, dos povos indígenas, direitos específicos de mulheres indígenas, até nos assumirmos na construção feminista a partir do imaginário ocidental, para então chegar ao fim da linha com nosso feminismo comunitário e autônomo, o qual como pensamento dinâmico segue se recriando, segue se tecendo.

Esse feminismo que teve uma série de condições prévias para poder se construir, onde reconhecemos esse transitar em categorias e conceitos de diversos feminismos, nos convidou a olhar para dentro de nossa pele, e para dentro de nossa convivência na comunidade criada na vida tradicional dos povos originários, de maneira crítica, radical, rebelde e transgressora, com o qual tem sido fundamental dar-lhe vida, a partir do auto-reconhecimento de pensadoras. Assim que as mulheres indígenas se assumirem como sujeitas epistêmicas, porque dentro das relações e inter-relações de povos originários temos solvência e autoridade para questionar, criticar e propor abolições e destruições das opressões históricas que vivemos, poderemos contribuir enormemente com nossas ideias e propostas para a revitalização e recriação de novas formas e práticas, para a harmonização e plenitude da vida.

Nossas categorias e conceitos que até agora seguem sendo construídos e fortalecidos, têm sido elementos fundamentais para poder propor reflexões tanto dentro de espaços organizativos comunitários, de mulheres indígenas, quanto no movimento de mulheres e feministas.

Para nós, tecer o pensamento feminista comunitário nos convida a iniciar essa tecelagem partilhando o que é fundamental para nós, sem medos, hipocrisias, de maneira autocrítica, mas também com reconhecimento e valorização quando é necessário partir daquelas experiências que são enriquecedoras e nutrem nossos caminhos.

Para iniciar as reflexões que proponho neste pequeno documento, quero expressar que aqui serão recolhidos de maneira pontual alguns conceitos e categorias de análise que temos construído, de forma que apenas alguns dos elementos serão apresentados de forma enunciada, para que no espaço de diálogo, debate e reflexão das organizações, comunidades ou cooperação possam ser ampliados e compartilhados.

Patriarcado originário ancestral

Nossas culturas originárias, através dos tempos, mostraram que são milenares em sua existência, formas de vida e territorialidade. Isso é demonstrável em termos de comprovação a partir da existência de elementos materiais como centros cerimoniais, templos, construções, praças, cidades, códices, etc., onde uma parte de sua história material está gravada e escrita na forma de glifos, estelas, paredes, mosaicos e em pedras. Por outro lado, podem-se ver manifestações culturais muito antigas que sobrevivem em práticas cotidianas dos povos, e em termos de elementos imateriais seguem presentes na vida cotidiana, por exemplo a oralidade, o conhecimento da contagem do tempo (como o acompanhamento dos dias, seus significados, sua relação com as energias lunares para os ciclos da semeadura e colheita) e práticas de medicina originária.

Por sua vez, a ciência positivista ocidental, emitiu afirmações teóricas antropológicas, sociológicas, arqueológicas, etnológicas, linguísticas, etc., que confirmam a existência milenar, a partir de suas afirmações como academia.

Propor e repensar o milenário e a sacralidade fundante dos povos indígenas, tem sido parte da chave de entrada para que as mulheres indígenas assumidas em plena consciência como feministas comunitárias, pudessem vir a desestruturar a ancestralidade, o antigo, o que sempre foi imóvel, perguntamos muito, muito: porque é sagrado?; porque se deve demonstrar profundo respeito sem questionar?; tem sido assim desde tempos imemoriais?

Ter a ousadia e o atrevimento como uma menina que espreita pela porta dimensional dos tempos antigos dentro de sua cultura ancestral, tem me feito pouco a pouco aumentar a curiosidade, a dúvida, para entrar e começar a caminhar pelo caminho do sagrado. Às vezes o faço com medo, às vezes chorando e às vezes com indignação ou curiosidade. Neste caminho tenho meus próprios questionamentos, afirmações e pessoalmente tem me levado a suspeitar, suspeitar e suspeitar. Então, me pergunto às vezes em silêncio, às vezes em forma de monólogo e pergunto às avós e aos avôs, os escuto, falo com as mulheres da comunidade, falo com mulheres de outros povos originários, e vivo em constante memória dos pensamentos de como me relacionei com minhas avós maya e xinka, agora ancestrais, mas também como me relaciono e se relacionam as mulheres no mundo, como minha mãe, tias, parteiras, anciãs,

meninas e jovens. Também como o fazem os homens indígenas e logo como todas e todos nos relacionamos com a natureza, que impregnou a minha vida com reflexões, transgressões e ousadias.

Neste caminho pessoal onde não busco respostas, mas suspeitas, para repensá-las, questioná-las, confirmá-las, e propor, comecei a abordar algumas reflexões. Penso que as nacionalidades e povos indígenas de Abya Yala são sociedades originárias que se fundam em raízes milenares, baseadas em suas próprias filosofias e paradigmas cosmogônicos ancestrais.

Para mim, toda a integralidade da vida dos povos originários, está em suas filosofias, dito no plural, porque são várias cosmovisões, embora tenham fios em comum baseados em práticas que se reconhecem ou se conectam em todo o território de Abya Yala, inclusive com povos muito distantes de outros continentes. Portanto, se faz necessário compartilhar que há pluralidade de cosmovisões dos povos originários, não há uma só que homogenize a vida e as práticas culturais, mas há fios que conectam essa pluralidade como fios fundantes, entre eles, seus princípios e valores sagrados, ou seja, sua cosmogonia.

Esses princípios e valores que se baseiam, entre outros, na complementaridade e dualidade como dois regentes para procurar o equilíbrio entre mulheres e homens e com a natureza para a harmonização da vida, me levaram a pensar como, desde sua fundação, se manifesta uma construção de dualidade e complementaridade baseada na sexualidade humana heteronormativa.

Essa sexualidade humana é refletida na construção de pensamento cósmico sexual, onde os astros também entram na heteronorma, alguns femininos e outros masculinos se relacionam em dualidade entre si e em dualidade e complementaridade com a humanidade heterossexual.

As mulheres são concebidas como complementares no conjunto dos homens para a reprodução social, biológica e cultural, o que implicaria assumir sua responsabilidade junto a eles, que em seu papel estabelecido seriam responsáveis pela reprodução simbólica, material e do pensamento, para que assim ambos, de maneira complementar, possam gerar equilíbrio para a

continuidade da vida e como uma dualidade harmônica em sua relação com a natureza, para manter os ciclos de geração da vida dos povos.

Revisar, olhar internamente como interpretamos o mundo indígena com olhos e sentir de mulheres indígenas e de uma posição crítica, tem sido possível, afirmando que nossos pensamentos têm sido alienados pelo pensamento dos feminismos ocidentais e que, portanto, nos constituímos em mulheres com reflexões e ações aculturais. Nesse sentido, a categoria "patriarcado" tem sido tomada como uma categoria que permite analisar dentro das relações intercomunitárias entre mulheres e homens, não só a situação atual baseada em relações desiguais de poder, mas também como todas as opressões estão interconectadas com a raiz do sistema de todas as opressões: o patriarcado. A partir daí, inicia-se também nossa construção de epistemologia feminista comunitária, ao afirmar que existe *patriarcado originário ancestral, que é um sistema milenário estrutural de opressão contra as mulheres originárias ou indígenas. Esse sistema estabelece sua base de opressão a partir de sua filosofia que norma a heterorealidade cosmogônica como mandato, tanto para a vida das mulheres e homens e destes em sua relação com o cosmos.*

Esse patriarcado originário que configurou papéis, usos e costumes, princípios e valores, foi se fortalecendo com os tempos e há elementos de análises que me permitem evidenciar suas manifestações, por exemplo, a guerra entre os povos originários, os quais em disputa por diferentes problemáticas territoriais, exerciam supremacia de vencedores contra vencidos.

Essas guerras têm sido históricas e prova disso é o que se conta como grandes narrações de alguns glifos, livros antigos e inscrições em pedra, onde nos contam de grandes proezas e façanhas de grandes senhores, governantes e guerreiros. Aqui é onde reflito: se os homens eram guerreiros e iam e faziam a guerra contra seus vizinhos territoriais, onde ficavam as mulheres? Qual era seu papel?, essa divisão sexual da guerra também me leva a pensar em como se configurava a estratificação de castas de guerreiros, de governantes, reinados, guias espirituais, sábios e povo.

O outro elemento de análise importante é o poder sobre, e nos resultados dessas guerras internas está manifesto de maneira contundente. Então a guerra, a violência que gera, e a divisão de castas, os povos vencidos, e muito mais, tenho

que vê-los como elementos que evidenciam esse poder sobre, o qual vem de raiz eminentemente patriarcal ancestral, não vinculada ao fato histórico de colonização posterior.

E é justamente nesse contexto que se faz necessário tecer o debate da colonização como um acontecimento histórico, estrutural transcendental para a vida de opressão dos povos e das mulheres indígenas em particular, que tem a ver com todo o embate de penetração colonial como uma condição para a perpetuidade das desvantagens múltiplas das mulheres indígenas.

A penetração colonial e o entrelaçamento de patriarcados

“A penetração colonial nos apresenta a penetração como a ação de introduzir um elemento em outro e o colonial como a invasão e posterior dominação de um território estrangeiro, começando pelo território do corpo. Como as palavras e os discursos são formas auditivas que tomam posição diante das hegemonias discursivas do poder. Podemos dizer que a penetração colonial pode evocar a penetração coital, como a imagem de violência sexual, da invasão colonial. Não dizemos com isso que toda penetração coital ou penetração sexual em geral seja necessariamente violenta, não o é quando se deseja, mas a violação de nossos corpos, nenhuma mulher deseja, e a invasão colonial nenhum povo quer.”³

Com isso afirmamos que o patriarcado originário ancestral se refuncionaliza com toda a penetração do patriarcado ocidental, e nessa conjuntura histórica se contextualizam, e vão configurando manifestações e expressões próprias que são o berço para que se manifeste o nascimento da perversidade do racismo, e então do capitalismo, neoliberalismo, globalização e muito mais. Com isso afirmo também que existiram condições prévias em nossas culturas originárias para que esse patriarcado ocidental se fortalecesse e atacasse.

Para as feministas comunitárias, o conceito de patriarcado, se quiséssemos nomeá-lo como um sistema de opressão universal presente em todas as culturas

³ “Las Trampas del Patriarcado”, documento para o debate e discussão, Julieta Paredes, aymara feminista comunitária autônoma, Bolívia, outubro de 2011.

do mundo, o levantaríamos desde a concepção: “o patriarcado é o sistema de todas as opressões, todas as explorações, todas as violências e discriminações que vive toda a humanidade (mulheres, homens e pessoas interssexuais) e a natureza, como um sistema historicamente construído sobre o corpo sexuado das mulheres”.

A partir desse relato, para nos posicionarmos na análise de nossa situação e condição de mulheres indígenas, não podemos partir da parcialidade, mas da integralidade que implica essa múltipla dimensionalidade patriarcal em nossas vidas.

A hetero-realidade cosmogônica originária

É a norma que estabelece desde o essencialismo étnico que todas as relações da humanidade e desta com o cosmos está baseada em princípios e valores como a complementaridade e dualidade heterossexual para a harmonização da vida. No entanto, estas constituem a mais sublime imposição ancestral da norma heterossexual obrigatória na vida das mulheres e homens indígenas, a qual é legitimada através de práticas espirituais que a nomeiam como sagrada.

A base filosófica das cosmovisões originárias (sobre a nomeação de elementos cósmicos: feminino e masculino, onde um depende, se relaciona e se complementa com o outro) se fortaleceu nessas práticas de espiritualidade hegemônica, com a qual se perpetua a opressão das mulheres em sua relação heterossexual com a natureza.

O fato de as mulheres estarem em função complementar com os homens levaria a questionar seu Sumak Kawsay ou “Bom Viver”, pois este estaria sujeito aos homens e na maioria das relações heterossexuais que se estabelecem na comunidade e em sua relação heterossexual com os elementos naturais cósmicos.

Não obstante, convém mencionar que o Sumak Kawsay, ou Sumak Qamaña em princípio, é um paradigma ancestral cosmogônico que surge no pensamento dos povos originários do sul de Abya Yala (América do Sul), e que na última

década teve um forte impulso político ideológico dos movimentos indígenas continentais do Cone Sul.

Descriverei a seguir alguns dos enunciados e categorias que se encontram presentes no discurso do paradigma, os quais utilizarei como elementos para convidar aos pensamentos de debate e reflexão, para fortalecer a análise crítica. É o que aparece em sua maioria como escrita válida, na diversidade de documentos e discursos, razão pela qual nos últimos tempos ganhou relevância para outros povos do mundo e para as feministas em particular.

Sumak é uma palavra enunciada em idioma quechua equatoriano e expressa o pensamento de uma vida que não é melhor, nem melhor que a dos outros, nem em contínuo esforço para melhorá-la, mas simplesmente boa em sua totalidade.⁴ É a plenitude, o sublime, excelente, magnífico, bonito(a), superior. A segunda palavra Kawsay provém do idioma aymara boliviano e em sua interpretação introduz o elemento comunitário, de forma que poderia ser traduzida como “bom conviver”: boa para todos em suficiente harmonia interna.

É a vida, é o ser estando. É dinâmico, mutável. Não é passivo.⁵

O Sumak Kawsay é um paradigma ancestral que estabelece suas raízes na categoria de cosmovisão dos povos andinos que consideram a vida em plenitude, entendida em um equilíbrio magnífico e sublime do espiritual e material tanto interna quanto externamente da comunidade, para alcançar o superior. A perspectiva estratégica da comunidade em harmonia é alcançar o superior.⁶

O “Tawantinsuyana” se caracterizou⁷ por seu notável êxito no manejo do espaço, a partir de uma relação particular com a Pacha (espaço - tempo) que se manifesta cosmogonicamente/espiritualmente através do culto à Pachamama (mama: geradora de vida). É o Tawantinsuyu (Confederação de Povos Incas, hoje território Sulamericano) um modelo de convivência e de organização multiétnica

⁴ María Tortosa, José. SUMAK KAWSAY, SUMA QAMAÑA, BUEN VIVIR Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz, Universidad de Alicante, 2009.

⁵ Luis Macas, Líder indígena kichwa do Equador. Debate del Buen Vivir. Armonía de la Comunidad de la Naturaleza 28 de janeiro de 2010 Auditório Faustino Carrión Congresso da República do Equador.

⁶ Op Cit. Luis Macas.

⁷ Paiva, Rosalía. Feminismo Paritario Indígena Andino , 2009.

e plurilingue que teve como base de desenvolvimento os Ayllus (Ayllu: unidade comunitária composta por várias famílias entre si) e como base de desenvolvimento e política de Estado o trabalho comunitário de homens e mulheres em igualdade de condições ou Ayni (é a reciprocidade entre membros do Ayllu e/ou comunidade) com a finalidade de gerar o e pelo bem comum. O Ayni foi praticado entre famílias, comunidades, povos, para então passar a níveis regionais ou Suyos (região). Tudo no mundo andino é AYNÍ e este é igual a reciprocidade. Para o homem andino, o Cosmos/natureza sempre funcionou e sempre funcionará baseado no Ayni. Esse modelo ainda é praticado em algumas comunidades indígenas. Um exemplo dele: a terra alimenta as plantas, as quais, por sua vez, geram oxigênio que sustenta a vida dos animais. Homens e mulheres também cumprem funções específicas fazendo com que se cumpra uma harmonia total. *Para o mundo andino todo elemento da natureza DÁ e RECEBE para contribuir a um bem comum, A VIDA em harmonia. O resultado foi a auto sustentação econômica em todos os cantos do Tawantinsuyo (Tawa = quatro / Suyu = Região) com provisões que garantiam o bem-estar e alta nutrição de cada um de seus habitantes.*

Encontramos no que foi colocado anteriormente várias categorias que sustentam este paradigma ancestral: integralidade, harmonia interna e externa, conviver, o ser estando, vida em plenitude, comunidade em harmonia, respeito a Pachamama, mãe terra como geradora de vida, autossustentação econômica, o Ayllu (onde os homens e as mulheres estão em uma manifestação de igualdade de condições), o Ayni (reciprocidade, portanto, bem comum).

Entretanto, é pertinente que eu realize a reflexão inicial que me foi gerada ao escutar e ler a proposta do Bem Viver. Tanto pelos documentos consultados como pelos processos dos quais participei, posso argumentar que muito da proposta é feita a partir de uma construção cosmogônica masculina, além disso, a maioria de expoentes e pregadores do movimento indígena do paradigma na atualidade “com propriedade e autoridade epistemológica” são homens. Essa continuidade da nomeação masculina precedendo as mulheres e a elaboração do discurso me faz pensar remotamente, imaginando que teve que ser na mente de alguém, de alguns, que se iniciou a configuração do pensamento como núcleo organizado para se tornar um paradigma. Que elementos levaram à sua anterior legitimação? Como foi elaborado nos tempos? Quem participou de sua elaboração?

Com isso se questionaria a coerência de igualdade do Ayllu porque as mulheres indígenas desde o costume até os dias atuais não estão em igualdade de condições em relação aos homens. Na Bolívia, por exemplo, em uma marcha de Povos Indígenas, foram construídas e vociferadas palavras de ordem como: “Sánchez de Lozada (político) é um filho da puta”, “Evo Morales não é presidente porque não tem bolas”, “o traidor a ser humilhado diante de sua comunidade deve se vestir de chola”, “o homem que não mantém sua palavra parece mulher”.⁸ Por outro lado, a feminista chilena Victoria Aldunate menciona que: “vi cerimônias onde o homem indígena reza e a mulher indígena, silenciosa, se ajoelha... Assim, aos poucos, vou recordando o que me contam as ‘warmi pachakuti’, grupo de mulheres musicistas na Bolívia. Que a crença entre indígenas e esquerdistas aqui seria que elas não deveriam tocar instrumentos, que as mulheres dançam e os homens tocam, porque quando as mulheres tocam, o leite materno seca... Parece então que as mulheres ‘profanam’ os lugares masculinos”.⁹ Para contextualizar a opressão contra as mulheres no caso de Guatemala no povo maia vou apontar o costume de que sempre é o homem que tem seu espaço dentro da comunidade, enquanto as mulheres não. Um exemplo é o mandato que diz à mulher: “não pise nos pés de um homem” (nós o chamamos de mamush), enquanto os homens podem pisar nos pés das mulheres.¹⁰ É vergonhoso para os homens que uma mulher venha a ocupar o cargo de administração ou presidência no Governo indígena xinka porque isso nunca foi assim, desde o costume dos antigos sempre foi cargo de homens, porque as mulheres não têm que mandar nos homens nem no povo.

A opressão manifestada contra as mulheres no interior de nossas culturas e cosmovisões é algo que se deve questionar de maneira frontal e nomeá-la como é: misoginia, expressada e manifestada nas atitudes e práticas cotidianas mais remotas e atuais, contra nossos corpos, nossos pensamentos, decisões e ações.

⁸ Um novo texto de Mujeres Creando: *No hay lucha sin palabras* (agosto 2003)

⁹ Victoria Aldunate Morales La Haine : 8/5/2010 A Cumbre da Bolívia salvaria a Mãe Terra e o Pai Cosmos. Ou seja, são dois e uma é Mãe “feminina” e o outro Pai “masculino”. Um casamento heterossexual.

¹⁰ Paula Irene del Cid. Coloquios Participar Para Compartir el Poder, Desafíos de Mujeres Mayas en Guatemala, junio 2007. página 76.

Outra reflexão que quero compartilhar diz respeito às relações que se manifestam na categoria de reciprocidade cosmogônica, onde a Pachamama é a mãe terra cujo papel cosmogônico se situa dentro de uma ordem heterossexual cosmogônica feminina, como reprodutora e geradora de vida. Gerada por Tata Inti: o pai sol, o astro rei, o masculino fecundante. Estabelece nessa relação algo que às mulheres feministas comunitárias deve chamar a atenção, pela posição de poder e superioridade manifestada desde acima como macho e a de baixo fecundada como fêmea, daí que é questionável muita da feminilidade com que nomeamos colinas, lagoas e montanhas em nossas cosmovisões e cerimônias e rituais.

As manifestações multidimensionais das sexualidades nesta realidade heteronormativa não podem ser vividas, porque têm uma carga de sanção da espiritualidade, na comunidade e na família. Esta é uma das razões pelas quais a maioria da população originária nega a presença e existência em suas relações de lésbicas e gays, já que em alguns casos afirma-se que este "mal comportamento é próprio dos ocidentais, não dos povos indígenas, se há algumas/alguns indígenas com esse mal comportamento é porque o aprenderam dos brancos e é herança colonial".

Creio que essa reflexão deve nos levar a pensar que as relações entre mulheres e homens estão baseadas em princípios e valores estruturais que dentro da minha cosmovisão indígena estabelecem uma dualidade opressiva, com a qual não vejo possibilidades para a libertação da vida das mulheres para a harmonização total cósmica, se continuarmos refuncionalizando fundamentalismos étnicos. Estes, por sua vez, se legitimam com a feminilidade da natureza e a masculinidade dos astros, estabelecendo um imaginário heterossexual cosmogônico e uma sexualidade regulada: a mãe terra?, quem a fecunda?, o pai sol?

Designadas pela heteronorma cosmogônica, as mulheres indígenas assumem o papel de cuidadoras da cultura, protetoras, reprodutoras e guardiãs ancestrais desse patriarcado originário, e reafirmamos em nossos corpos a heterossexualidade, a maternidade obrigatória e o pacto ancestral masculino de que as mulheres em *continuum* sejamos tributárias para a supremacia patriarcal ancestral.

Vitimização histórica situada

Nomeio assim a posição que é assumida e afirmada por alguns homens e mulheres indígenas, a respeito da ideia de que todos os males dos povos e nacionalidades indígenas de Abya Yala são o resultado de 519 anos de invasão colonialista. Para aqueles que assumem esse fato histórico desse ponto de vista, ele marca a raiz ou nascimento de todas as nossas opressões históricas e atuais. Expressões como “sim, existem alguns homens indígenas machistas, mas isso é o que estamos tentando mudar, porque refletimos que foi o colonialismo que o trouxe e que nos dominou e por isso agora somos assim, mas não todos, são alguns”.

Essa categoria de análise me ajuda a questionar sobre porque assumimos uma posição vitimizante na história, porque mais de cinco séculos se passaram e não pudemos no mínimo do mínimo no interior de nossas relações comunitárias e em casa, voltar ao “estado de paz e harmonização que regia a vida dos povos, antes da invasão”.

Partir dos 519 anos de penetração colonial seria negar que a minha cultura ancestral tenha raiz patriarcal. Isso é fundamental também pois essa afirmação não retira a responsabilidade histórica de todos os resultados colonialistas patriarcais, ao contrário, baseia-se na forma como o patriarcado é revitalizado como um sistema universal de opressão.

Racismo sentido, internalizado, reproduzido

O racismo na minha percepção como mulher indígena, é como uma raiz, essa raiz é histórica e estrutural de origem patriarcal, que se desencadeou com a penetração colonialista na vida dos povos originários de Abya Yala, e das mulheres em particular.

Nasceu, cresceu e alimentou-se na colônia, depois foi se fortalecendo na conformação da estrutura de países e repúblicas, onde criou e segue criando condições para que sua existência hegemônica continue sendo uma sustentadora de dominação e subjugação dos povos, através de instituições e leis ocidentais masculinas.

Abordarei então o racismo como a opressão histórica e estrutural que deriva do sistema de todas as opressões, o patriarcado, e ao atacar as formas de vida dos povos originários, começou a instituir uma nova ordem hierárquica da diferença como supremacia, poder e controle.

Nesse sentido, as seguintes gerações de povos indígenas que nascem dentro dessa nova ordem hierárquica e simbólica, nascem com corpos racializados, cujo pensamento e atividade estará em função de oprimidas e oprimidos frente a (abaixo de) opressores brancos e homens.

A intenção do racismo através da colonização foi tão estratégica que conseguiu assentar as bases para que a vida das mulheres indígenas mergulhasse em perpétua desvantagem, pelo fato de serem mulheres. Esse efeito colonizador continuou a fazer parte de nossas vidas e está enraizado em nossos corpos e mentes, por isso é importante para mim questionar nossa vitimização histórica situada, para poder transcender o racismo internalizado e nos permitir vê-lo em nossa construção cultural, porque senão, a maioria do que estamos fazendo para sua erradicação será um trabalho parcial, pois o olhamos externamente. Penso que propor o processo de desconstrução internalizada de maneira consciente nos convida a remover a consciência de opressão e nos convida a nos libertar, a reconhecer que é necessária a erradicação do racismo naturalizado e enraizado para criar e recriar o pensamento pluridimensional como riqueza. Nos convida a transcender a vitimização situada para nos converter em sujeitas políticas, pensantes e atuantes, a partir de uma visão individual, mas também coletiva.

Entender e suscitar esse pensamento tem sido extremamente complexo e difícil para mim, mas também necessário para promover um pensamento emancipatório e libertador das opressões históricas e internalizadas das mulheres indígenas.

Falar de racismo a partir da academia, da teoria e da análise e conceitos exógenos, está provocando em algumas mulheres e homens indígenas o desafio de nos repensarmos e ir nos reconhecendo como sujeitos e sujeitas com direito epistêmico para criar pensamento próprio e com ele ir estabelecendo novos paradigmas que nos permitam transcender as opressões e envolver às outras e aos outros nessa responsabilidade de transformação profunda que é co-

responsabilidade de todas e todos, para promover a justiça, a equidade, a paz e a vida em plenitude.

Inicialmente assumimos essa abordagem como um lema político, para depois dar-lhe vida através de conteúdos que levam a tecê-lo como uma proposta feminista comunitária das mulheres xinkas. Implica a recuperação consciente de nosso primeiro território corpo, como um ato político emancipatório e em coerência feminista com “o pessoal é político”, “o que não se nomeia não existe”.

Assumir a corporalidade individual como território próprio e irrepetível, permite ir fortalecendo o sentido da afirmação de sua existência de ser e estar no mundo. Portanto, emerge a autoconsciência, que vai dando conta de como viveu esse corpo em sua história pessoal, particular e temporal, as diferentes manifestações e expressões dos patriarcados e todas as opressões derivadas deles.

Recuperar o corpo para defendê-lo do embate histórico estrutural que atenta contra ele, torna-se uma luta cotidiana e indispensável, porque o território corpo tem sido milenarmente um território em disputa pelos patriarcados, para assegurar sua sustentabilidade a partir e sobre o corpo das mulheres.

Recuperar e defender o corpo também implica de maneira consciente provocar o desmonte dos pactos masculinos com os que convivemos, implica questionar e provocar o desmonte de nossos corpos femininos para sua liberdade.

É uma abordagem que nos convida a recuperar o corpo para promover a vida em dignidade a partir de um lugar específico, para reconhecer sua resistência histórica e sua dimensionalidade de potência transgressora, transformadora e criadora.

Parte da recuperação da memória cósmica corporal das ancestrais, para ir tecendo sua própria história a partir de sua memória corporal particular, e como decide se relacionar com as outras e os outros. Sente, pensa, decide e age a partir da internalização de novas práticas como o autoerotismo, o desfrute da

dimensionalidade sexual em liberdade, o prazer, a arte, a palavra, o ócio e descanso, a cura interior, a rebeldia, a alegria...

É uma proposta feminista que integra a luta histórica e cotidiana de nossos povos para a recuperação e defesa do território terra, como uma garantia de espaço concreto territorial, onde se manifesta a vida dos corpos. Essa é uma das razões pelas quais as feministas comunitárias da montanha de Xalapán têm levantado a luta contra a mineração de metais, porque a expropriação que vem sendo feita sobre a terra, devido à hegemonia do modelo de desenvolvimento capitalista patriarcal, está ameaçando seriamente a relação que mulheres e homens têm com a terra e com a vida. Estabeleceu a propriedade privada como garantia e legalidade de sua posse, para assegurar que possa reinar em um espaço específico.

O processo de expropriação do território terra deve ser analisado a partir de como foi se instaurando com maior força com a penetração colonial, baseado na expropriação e extração massiva dos bens naturais dos povos indígenas, com o qual a situação e condição das mulheres indígenas em relação ao bem-estar proporcionado pela natureza, para a promoção de sua vida, se viu gravemente ameaçado.

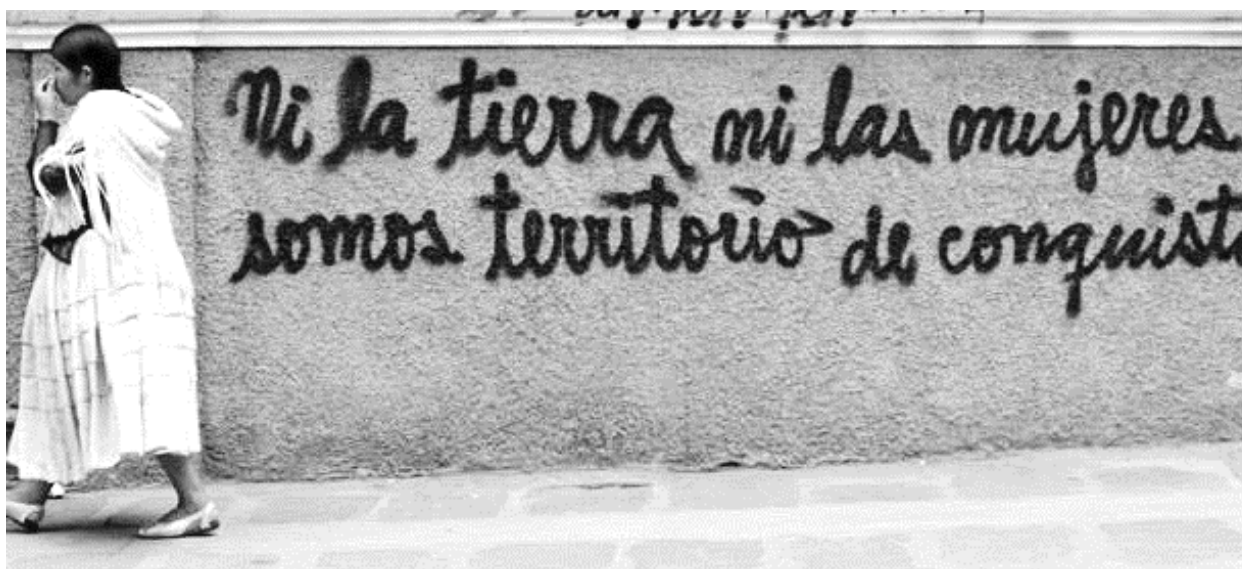
A esse processo histórico de opressão contra a natureza e seus bens se une todo o atual sistema extrativista neoliberal que, em sua visão de desenvolvimento ocidental pretende "melhorar a vida dos povos", com estratégias de participação e envolvimento das comunidades no trabalho extrativista para melhorar sua condição de pobreza. Da mesma forma, é necessário revisar como algumas cooperações para o desenvolvimento e instâncias governamentais, no impulso de uma nova corrente desenvolvimentista, sobre a exploração e aproveitamento dos bens naturais como um processo autônomo dos povos, criam fundações, organizações e comitês para a promoção do desenvolvimento comunitário, baseado na lógica econômica da dominação.

Não defendo meu território terra só porque necessito dos recursos naturais para viver e deixar uma vida digna para outras gerações. Na abordagem da recuperação e defesa histórica do meu território corpo terra, assumo a recuperação do meu corpo expropriado, para lhe gerar vida, alegria, vitalidade, prazeres e construção de saberes libertadores para a tomada de decisões e essa

potência se alia à defesa do meu território terra, porque não concebo este corpo de mulher sem um espaço na terra que dignifique minha existência e promova minha vida em plenitude. As violências históricas e opressivas existem tanto para meu primeiro território corpo, quanto para o meu território histórico, a terra. Nesse sentido, todas as formas de violência contra as mulheres ameaçam essa existência que deveria ser plena.

Igualmente, todas as transnacionais geram uma forma de violência contra a terra quando se lança à extração de seus recursos naturais em função de gerar mercadoria e lucros, cujo objetivo é promover a guerra, o poder econômico do ouro e a transformação biotecnológica dos seres.

Na última década tem aumentado a defesa da terra e do território, como uma palavra de ordem política dos movimentos indígenas continentais de Abya Yala, lutas importantes foram geradas onde as comunidades se levantaram para defender o que historicamente lhes pertence. No entanto, uma contradição dentro dos movimentos de defesa territorial é o fato de que as mulheres que vivem no território terra, vivem em condições de violência sexual, econômica, psicológica, simbólica e violência cultural, porque seus corpos ainda são expropriados.



A partir desse relato que nós, mulheres xinkas, iniciamos um processo histórico de defesa de nosso território corpo, por isso nos pronunciamos publicamente e perante nossas autoridades indígenas pela erradicação da violência contra as mulheres, e junto com isso desenvolvemos a luta de defesa territorial na montanha contra as licenças de exploração mineira de metais, porque entendemos a harmonização que existe entre cada uma dessas energias para promover a vida com dignidade, e porque toda forma de exploração dos recursos naturais é uma forma de violência contra a terra e contra as mulheres e homens que convivem com ela.

Cosmovisão Libertadora

É uma proposta de como entendemos, olhamos e convivemos com o mundo desde uma perspectiva liberta. Seu conteúdo está entrelaçado com elementos que promovem a equidade cosmogônica em toda a integralidade da vida, é dinâmica e cíclica, está aberta a desconstruções e construções. Seus símbolos promovem a libertação da opressão histórica contra os corpos sexuados de mulheres e contra a opressão histórica capitalista contra a natureza, mas, ao mesmo tempo, evocam e invocam as resistências e transgressões ancestrais das mulheres.

Recupera a femealogia de nossas ancestrais, as nomeia, as reconhece e legitima seu conhecimento, resistências e sabedoria. Reconhece as ancestrais de outros territórios e invoca sua energia para o fortalecimento da luta contra todas as opressões.

Estabelece espaços para a evocação e invocação de e para as mulheres, a partir de nos conectarmos entre nós com energias de pensar e sentir que nos revitalizam para as lutas e as alegrias. Promove a criação, a arte, a recreação, o ócio, o descanso e a sabedoria do pensamento.

Evoca vozes e silêncios que intencionam a ação de liberdade para as conexões energéticas com o cosmos.

Cria símbolos libertários com conteúdo feminista, integra um novo imaginário de espiritualidade, para uma prática transgressora.

Nosso feminismo comunitário segue se fiando, segue se tecendo, é uma epistemologia que se configura como um novo paradigma de pensamento político ideológico feminista, para contribuir às propostas de luta contra o sistema que o feminismo e os movimentos de luta social e indígenas já iniciaram.

Ter ousado, termos ousado percorrer este caminho de penumbras, de luzes e vozes, me levou a sentir como dizia minha avó maya queq'chi, que cada um nasce com sua própria cha'ím, sua própria missão, sua própria estrela para o caminho da vida, escrever é memorá-las e para mim é um reconhecimento também, às ancestrais indígenas que já faleceram, pensando que o mundo é assim, e que as mulheres nasceram para sofrer... é um reconhecimento às avós, mães, tias, irmãs e amigas transgressoras que sua energia ancestral e cotidiana, cada dia e noite nos faz mais fortes, mais rebeldes e mais alegres!

Fiando cores, com as outras de onde estivermos

Este fio de pensamento, da palavra e da ação feminista comunitária me levou a ver a importância de tecer pensamentos com outras mulheres, sejam indígenas dos diversos povos originários, ou sejam "ocidentais", porque creio que nos convém a todas promover espaços e encontros para refletir sobre nós, para ousar desmontar e para construir em coletividade transgressões e propostas para uma nova vida.

Penso que, na medida em que nos ouvimos, nos reconhecemos na diferença e repensamos como construir diálogos pensantes, sensíveis e respeitosos, podemos seguir juntando fios de onde estamos, toda vez que intencionalizamos nossas ações de maneira coerente contra os patriarcados e contra as hegemonias que nos cercam em nosso próprio corpo, na cama, na comunidade, na rua, na cidade e no mundo. Essa ação não cabe apenas às mulheres, convida os homens, os companheiros, os irmãos indígenas, os ocidentais e à cooperação solidária para refletir, sobre as contribuições que fazem nas lutas sociais e dos povos, sejam políticas ou econômicas; refuncionalizam, transformam ou apostam em abolições.

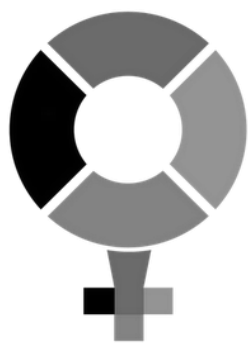
Quero manifestar que esse pequeno escrito pretende contribuir um pouquinho mais a nos repensarmos e a refletirmos nas diferentes ações contra

hegemônicas e antipatriarcais que fazemos e de onde as fazemos. Quero também manifestar a intencionalidade política que tenho de ir dando forma às minhas ideias, não para impor-lhes e as dar como conclusões, mas para compartilhá-las, para que dialoguem entre os diferentes feminismos críticos. E porque, na medida em que podemos nos reconhecer de onde partimos para as abolições e transformações, nos reconheceremos nessa potência política feminista para a construção de um novo projeto emancipador, e geraremos ações possíveis para a vida em plenitude das mulheres, estejamos na montanha, na comunidade, na selva, na cidade ou no outro lado onde se oculta o sol, no ocidente.



Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario de Iximulew Guatemala¹¹

Lorena Cabnal¹²



Resumo: A *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario*, Tzk'at em língua maia quiché, nasceu em Guatemala em 2015. Essas mulheres maias, que se autodenominam feministas comunitárias, participam nos processos de recuperação emocional e espiritual das mulheres indígenas que defendem territórios ancestrais frente às problemáticas de criminalização e judicialização e lutam pela vida em suas comunidades.

Introdução

No ano de 2014, três mulheres se reuniram em Sacatepéquez e confirmaram um acordo amoroso de acorpar-se, acompanhar-se em meio às complexidades e riscos que a defesa da vida nas comunidades implica para elas e suas famílias.

Em 28 de maio de 2015, no contexto de uma crise médica, faleceu de câncer hepático uma delas, Elizeth Us, uma maia quiché de trinta e seis anos. Suas companheiras compartilharam com Elizeth seu caminho espiritual nos últimos dias de sua existência, durante os quais fizeram um acordo de organizar as mulheres para acorpar-se diante das enfermidades, das tristezas, da estigmatização e dos deslocamentos que viviam junto a suas famílias como efeito da criminalização e judicialização de suas ações em defesa de seu corpo e da terra.

¹¹ "Iximulew é o que a colonialidade nomeou como Guatemala. Ixim (milho), ulew (terra), terra do milho." Lorena Cabnal [N.T.]

¹² Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario, Guatemala. E-mail: katsanadorasixim@gmail.com.

Elizeth se reivindicou feminista comunitária e viveu a proposta de cura espiritual para morrer sentindo a liberação de seu corpo das opressões patriarcais, racistas, capitalistas e neoliberais.

Assim nasceu Tzk'at, que em idioma quiché significa "rede", rede da vida em reciprocidade, para e pela vida. Elizeth praticou o tzk'at, um princípio da cosmogonia maia ancestral, e nós também seguimos esse princípio e o reivindicamos em sua memória.



Imagem 1. Praça Central, espaço simbólico construído pela *Red de Sanadoras*. Cerimônias realizadas em memória das quarenta e duas meninas calcinadas no incêndio de um centro de acolhimento em 8 de março de 2017.¹ Autora: Lorena Cabnal.

Assim, em 12 de outubro de 2015, nasceu a rede com o nome de Tzk'at, *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario* de Iximulew Guatemala. No princípio era formada por três mulheres e logo se somaram outras companheiras, até chegar a dez mulheres defensoras da vida em 2016; todas indígenas que abraçam a proposta feminista comunitária territorial em Guatemala; todas defensoras da vida, particularmente dos direitos das mulheres indígenas e dos bens naturais.

As integrantes da Tzk'at viveram histórias de perseguição política, estigmatização, ameaças de morte, deslocamento político territorial, ordens de captura, imposições de estado de sítio, criminalização e judicialização. Tudo isso

devido à defesa dos direitos humanos das mulheres indígenas nas comunidades rurais diante de denúncias de violência contra elas, assim como a defesa do território ancestral. É importante dizer que muitas das integrantes de Tzk'at, e também outras defensoras territoriais, além de lutar contra a violência estrutural institucionalizada, enfrentam todas as expressões do patriarcado e do machismo em suas comunidades, famílias e em algumas diligências dos movimentos indígenas e sociais.

Os riscos das defensoras da vida têm aumentado devido às denúncias que foram apresentadas perante as diferentes instâncias nacionais e internacionais contra diversas formas de violência contra as mulheres e outras do capitalismo racista neoliberal, que negocia os territórios ancestrais com o Estado. Este, com o fim de promover a inversão estrangeira, concede licenças de exploração de bens naturais sem consultar as comunidades originárias. Os riscos que afrontam essas mulheres incluem violência sexual e ameaças de morte.

Algumas membras de Tzk'at integram também outras organizações comunitárias territoriais e de mulheres indígenas. Todas elas estão relacionadas com a ação política de defesa territorial e do corpo, com a luta pelo direito à água, a defesa dos rios, bosques e montanhas, da autonomia alimentar, dos saberes ancestrais das avós parteiras, assim como contra as hidrelétricas, a mineração e a violência contra as mulheres, as meninas e os meninos. Para conseguir uma correta articulação do trabalho político e de cura, existe uma coordenação coletiva dos acorpamentos.

Todas nós vivemos experiências de processos de cura ancestral em comunidades indígenas: somos curandeiras, parteiras, erveiras, sobadoras, kamalb'e ou guias espirituais, contadoras do tempo ou médicas originárias e algumas têm conhecimentos de medicina ocidental, psicologia, leis, contabilidade ou justiça ambiental, assim como experiência em práticas de cura de outras culturas.

Nossos caminhos espirituais e territoriais

O objetivo político da *Red de Sanadoras* é partir de nossa abordagem ancestral cosmogônica e feminista comunitária territorial para colaborar na recuperação emocional, física e espiritual das mulheres indígenas defensoras da vida nas comunidades, que atualmente sofrem os efeitos de múltiplas opressões sobre seu corpo. O objetivo é curar-se como um ato de reivindicação pessoal e política e para enriquecer o tecido da rede da vida. Nossos caminhos espirituais e territoriais têm, entre outros, os seguintes cinco objetivos:

1. Defesa do território corpo-terra

As mulheres indígenas, em particular, vivemos os efeitos históricos estruturais do sistema patriarcal em sua manifestação ancestral originária, que se expressa em formas de machismo indígena anteriores ao colonialismo. A abordagem para desmontá-lo implica partir da cosmogonia originária para decodificá-lo e revelar como opera sobre o corpo das mulheres indígenas e nas relações dentro da comunidade.

A chegada do patriarcado colonial com a invasão espanhola implicou uma reconfiguração do patriarcado. Se estabeleceram pactos, mandatos e acordos em relação ao corpo e à terra. A convergência patriarcal colonialista deu origem ao nascimento do racismo, ao que se somou a implantação do capitalismo em Abya Yala.¹³ Um processo que implicou violência sexual, genocídio, desapropriação, saque e barbárie, e que passou por diferentes etapas até chegar à constituição do Estado nação colonial. As condições de injustiças, racismo, empobrecimento e violência motivaram a explosão da guerra contra insurgente, e vinte anos depois da assinatura da paz, a herança recebida é neoliberalismo e globalização, criminalização e judicialização.

Para nós, defender o território corpo implica assumir o corpo como um território histórico em disputa com o poder patriarcal ancestral e colonial, mas também o concebemos como um espaço vital para a recuperação da vida. Nesse sentido, as lutas contra as múltiplas formas de violência contra as mulheres indígenas, mas particularmente a violência sexual, a territorial e o feminicídio, são

¹³ *Abya Yala* é o nome do território continental em idioma cuna. Assim chamam os povos ancestrais originários ao continente, ao qual a colônia impôs o nome ocidental de *América*.

lutas históricas, mas ainda vigentes. Recuperar o corpo para dignificar-se e a alegria em relação à natureza é uma aposta política emancipadora.

2. Acorpamento territorial

Diante das imposições do patriarcado colonialista, racista, capitalista e neoliberal, as indígenas nos territórios originários fomos as pioneiras na defesa da vida dos povos. As concessões da terra para a mercantilização e o desenvolvimento do sistema capitalista implicaram um maior empobrecimento das mulheres nas comunidades e um incremento da violência contra elas, pois surgiram novos padrões machistas indígenas ou ocidentais contra seu papel de defensoras, e as criminalizaram e judicializaram, junto com suas famílias. Por isso nos acorpamos, isto é, estamos e sentimos as injustiças e indignações que vivem outros corpos e a natureza por causa do patriarcado; nos juntamos e atuamos com plena consciência para defender de maneira coletiva nosso corpo. Porque, antes do que de direitos humanos (DDHH), se trata de princípios de vida de nossas cosmogonias, e porque se trata de um ato político em reivindicação da vida.

3. A cura como caminho cósmico político

As espiritualidades das mulheres indígenas constituem uma dimensão da vida coletiva e comunitária. A cura é um ato pessoal e político que as mulheres também interpretam como uma forma de proteger seu corpo e a terra. A cura convoca caminhos para revitalizar e energizar-se, para continuar na defesa do corpo e da terra com o fim de fazer frente ao desgaste atual das mulheres pelas múltiplas opressões do sistema patriarcal, colonialista, racista, lesbofóbico e capitalista neoliberal. Nesse sentido, a *Red de Sanadoras Ancestrales* acompanha as defensoras em seus processos de recuperação emocional e espiritual com uma proposta feminista comunitária territorial. As formas de somatização, os sentimentos e os pensamentos são abordados com os saberes ancestrais, herança de nossas avós e mães curandeiras indígenas. Curar, para nós, é um ato pessoal e político para destruir as opressões, a vitimização, para nos liberar e emancipar o corpo. Um ato que nos impulsiona a recuperar o novo tempo de liberação do corpo para reivindicar a alegria e, sem perder a indignação e em meio ao

complexo mundo, celebrar a vida, a resistência e as sabedorias plurais, assim como o fato de estar vivas e acorpadas.

4. Alianças territoriais

A *Red de Sanadoras Ancestrales* estabelece alianças políticas feministas e territoriais para realizar ações comunitárias e organizativas que fortaleçam as ações de vida em harmonia nas comunidades. Dialoga em espaços territoriais com organizações e movimentos sociais nos âmbitos nacional, continental e internacional.

5. Incidência na proteção e resguardo integral das defensoras

Acreditamos nas formas plurais de proteção das mulheres defensoras de seu corpo e da terra. Por isso, Tzk'at estabeleceu espaços de diálogo, proposta, ação política e seguimento de situações emergentes de defensoras que correm riscos políticos diante de organizações ou instâncias nacionais e internacionais. O objetivo é resguardar a vida das defensoras a partir de práticas comunitárias ancestrais e também fortalecer as interpretações da justiça socioambiental e espiritual na demanda da aplicação de acordos, mecanismos e protocolos nacionais e internacionais de proteção das defensoras dos direitos humanos. Com isso, a rede articula apoios diversos em favor das defensoras e suas famílias que se encontram em situação de risco, tanto de ataques como de ameaças. É importante mencionar que, como princípio e prática, a rede acorpa não só as defensoras de forma individual, mas também suas famílias. Por isso, quando neste e outros documentos usamos o termo defensoras, lhe damos um significado coletivo.

Algumas das defensoras e suas famílias são acompanhadas por Brigadas Internacionais de Paz, Acoguate (Coordenação de Acompanhamento Internacional em Guatemala) e Plataforma Internacional contra a Impunidade; algumas contam com medidas cautelares da Corte Interamericana de DDHH e contribuem com a construção de novas formas de cura a partir da perspectiva do feminismo comunitário.

O trabalho da rede

Nosso trabalho político de cura parte de um posicionamento crítico contra práticas atuais como as seguintes:

1. Muitas das abordagens atuais de atenção psicossocial às defensoras dos direitos humanos carecem de um enclave na cosmogonia originária como formas de cura, o qual é vital para sustentar os processos de recuperação emocional nas comunidades originárias.

2. O autocuidado é atualmente despolitizado, na medida em que não é dotado de uma intencionalidade feminista que vise curar as múltiplas opressões e gerar o bem-estar do corpo como um todo.

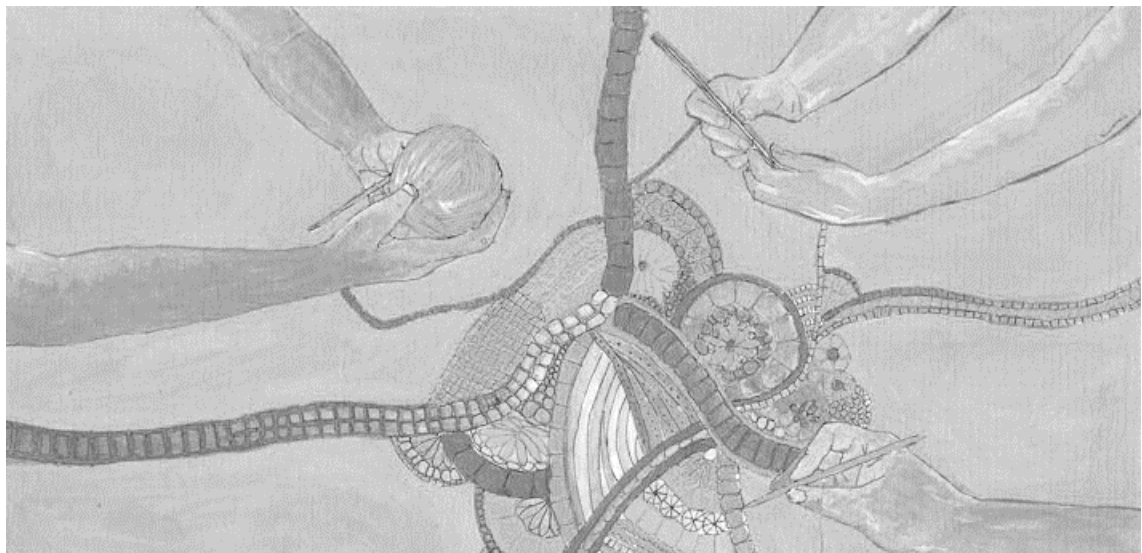
3. Em sua maioria, os programas, planos e projetos de cura das mulheres defensoras são réplicas de abordagens de cura ocidental.

4. A mercantilização, o deslocamento e a usurpação dos saberes ancestrais das mulheres originárias nas abordagens de cura é um problema que está sendo colocado no centro do debate em diferentes espaços territoriais e feministas.

Diante disso, a rede recupera os saberes plurais de cura das indígenas. Nossa abordagem às mulheres com autoridade ancestral, às organizações indígenas territoriais e aos atores comunitários chave é necessária para defender a contribuição das mulheres defensoras do território. Com suas diferentes práticas de cura baseadas no feminismo comunitário e na justiça cosmogônica, Tzk'at ajuda a elaborar uma reinterpretação da proteção integral das defensoras da vida em territórios indígenas, pois as espiritualidades e a dimensão emocional das defensoras são de vital importância nas ações de revitalização e resguardo de suas vidas e de defesa territorial.

CURANDO VOCÊ, CURO EU;
ME CURANDO, VOCÊ CURA:
TAL É A RECIPROCIDADE
DA CURA.

CURAR A PARTIR DO MEU
TERRITÓRIO CORPO-TERRA.



**PIRATEIA E DIFUNDE!
TODA PROPRIEDADE
EH UM ROUBO!**



Instagram: @anarkadistra

anarkadistra@noblogs.org

"A partir do ano de 2010, como resultado de processos permanentes de formação política e atuação territorial nos **assumimos** feministas comunitárias.

O feminismo comunitário é uma transgressão que parte do olhar crítico da identidade étnica **essencialista** à construção de uma identidade política que nos permite, a partir do sentir de **mulheres originárias**, questionar **nossos padrões culturais de opressão histórica**, provenientes de um *patriarcado ancestral originário*, que se refuncionaliza com a *penetração do patriarcado colonizador*.

É uma proposta epistemológica a partir de **mulheres xinkas** que também propõe a libertação das **opressões históricas estruturais** a partir do **nosso primeiro território de recuperação e defesa** que é o corpo, e a partir de **nosso território terra**."

AMISMAXAJ -
Associação de Mulheres
Indígenas xinkas de
Santa Maria Xalapán
Jalapa (Guatemala)

